

# Os entravés das escolas frente à inclusão das crianças com microcefalia no ato da matrícula

## The obstacles through schools in relation to the inclusion of children with microcephaly at enrollment

MELO, Davi Libanio de [1](#); MELO, Marcia Lúcia de [2](#) e COUTINHO, Diogenes José Gusmão Coutinho [3](#)

Recebido: 06/06/2019 • Aprovado: 30/08/2019 • Publicado 16/09/2019

### Conteúdo

- [1. Introdução](#)
- [2. Metodologia](#)
- [3. Resultados](#)
- [4. Conclusões](#)

[Referências bibliográficas](#)

#### RESUMO:

Este artigo tem como objetivo Identificar qual a concepção de gestão escolar existe na instituição que coloca entraves para realizar a matrícula de um aluno especial tendo como ênfase o sujeito com anomalia congênita (microcefalia). Assim se estabelecem os objetivos específicos para fazer as averiguações devidas deste processo de inclusão escolar tendo por pressupostos verificar se existem alunos especiais matriculados na escola campo de pesquisa e se foram inseridos na gestão anterior.

**Palavras chave:** Criança, microcefalia, inclusão

#### ABSTRACT:

This article aims to identify which school management conception exists in the institution that poses obstacles to the enrollment of a special student, with emphasis on the subject with congenital anomaly (microcephaly). This establishes the specific objectives to make the necessary inquiries of this process of school inclusion, assuming that there are special students enrolled in the school field of research and if they were inserted in the previous management.

**Keywords:** Child, microcephaly, inclusion.

## 1. Introdução

A escola ainda é um espaço de construções de saberes como também um ambiente que promove as trocas e experiências e para isto o gestor escolar precisa ser democrático para que haja respeitos mútuos dentro da escola. Contudo a falta de incluir o aluno que tenha qualquer deficiência é crime, mas é comum existir escolas que negam a matrícula do aluno por ser diferente. Assim, a maior responsabilidade da escola é promover a oportunidade de saberes, tanto procedimentais quanto atitudinais e o gestor é o sujeito pelo qual pode oportunizar as crianças com qualquer especialidade.

Neste sentido surge o problema de pesquisa: porque os gestores escolares não tem realizado matrículas de crianças com microcefalia na rede pública de ensino das escolas e

creches se as escolas privadas tem efetivado matrículas de criança com essa anomalia congênita (microcefalia)? Diante desta problemática surge a seguinte justificativa: a pesquisa se justifica em fatores reais em que algumas escolas têm negado a matrícula do aluno com especialidade e esta responsabilidade está intrinsecamente na responsabilidade do gestor escolar, pois deve ser o sujeito que desenvolva políticas de inclusão.

Assim, a dificuldade de incluir a criança com microcefalia possivelmente porque alguns gestores sentem dificuldades em inserir a criança com microcefalia por não ter preparação por parte do corpo docente e por isso termina interferindo no processo de inclusão, pois a educação não tem recebido formações específicas para se preparar neste enfrentamento.

Neste sentido destaca-se a seguinte hipótese: A insegurança do gestor em incluir as crianças especiais está possivelmente inserida na falta de conhecimento específico na área de uma gestão escolar democrática, pois a gestão quando formada de opiniões da família, dos professores, dos alunos e da comunidade escolar, tem uma visão ampla na inclusão dos discentes seja ela qual especialidade.

O que leva a não aceitabilidade é porque as maiorias das gestões escolares estão preocupadas com as situações administrativas e conseqüentemente esquece-se de sua função pedagógica, pois não se tem o dever de controlar os regulamentos burocráticos, mas envolver as articulações de melhor qualidade de ensino motivando o corpo docente e discentes a busca de saberes em uma construção contínua valorizando a todos os sujeitos envolvidos.

Desta forma surge o objetivo geral desta pesquisa: identificar qual a concepção de gestão escolar existe na instituição que coloca entraves para realizar a matrícula de um aluno especial tendo como ênfase o sujeito com anomalia congênita (microcefalia).

Diante deste estudo se destaca os objetivos específicos: verificar se existem alunos especiais matriculados na escola campo de pesquisa e se foram inseridos na gestão anterior, observar na sala de aula se o professor tem a mesma concepção da gestão ou busca valorizar os discentes já matriculados, analisar quais propostas pedagógicas a escola tem para que o aluno com microcefalia possa ser matriculado no ensino regular em classe inclusiva.

## **1.1. O papel do gestor escolar frente aos entraves em matricular a criança com anomalia congênita**

O termo gestão escolar está correlacionado ao significado de liderança, que se atribui ao sujeito que orienta, organiza, motiva uma equipe a qual lhe pertence. Assim é possível averiguar a veracidade de um gestor em sua responsabilidade dentro da escola. Desta forma as transformações dentro da instituição de ensino dependem muito do olhar da gestão.

Com base neste contexto Luck, (2014, p. 46)

A liderança transacional focaliza muito mais as interações das pessoas e estilos de relacionamento mantidos por elas, como forma de promover a unidade da organização e melhores condições de realização de seus objetivos.

Diante do exposto a autora aborda a responsabilidade de um gestor escolar diante dos alunos, pais dos alunos, funcionários diversos, pois a educação é uma condição de realizações de saberes entre os que estejam na instituição, seja ela pública ou privada.

Segundo Mantoan, (2003, p.16) "As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades". Por isto eis a responsabilidades da escola manter um bom relacionamento com a criança e com os pais na escola para melhorias.

Neste sentido Libâneo, (2013, p. 19) defende que:

Conhecimento da organização escolar a sua cultura, as relações de poder, o seu modo de funcionamento, os seus problemas bem como das formas de organização e gestão, das competências e dos procedimentos necessários para atuação, de forma eficiente e participativa, nas decisões e ações dirigidas aos atendimentos dos

objetivos educacionais.

Por isso se pode articular que o gestor tem o dever de conhecer a responsabilidade em incluir no seu plano de gestão as metas a serem cumpridas com o intuito de promover e garantir a educação para todos. Neste sentido a criança com anomalia congênita denominada de microcefalia tem o direito em frequentar a escola e receber os devidos pressupostos teóricos.

Ressalta-se que esta garantia está devidamente consolidada na constituição federal de 1988, que garante o atendimento nas creches e escolas, efetivando o reconhecimento da Educação Infantil como responsabilidade do Estado.

Segundo Ropoli, Mantoan, Santos e Machado (2010, p. 9) "A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas." É com esta discussão que se aborda a importância de um plano de inclusão educacional nas creches e escolas, que promovam projetos de amplitude a para incluir a criança com anomalia congênita.

Desde então, o campo da Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças. (BRASIL, 2010, p. 7)

Com base na discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil citada acima deixa claro a responsabilidade que a escola tem frente as temáticas educacionais, pois as contribuições do fazer pedagógicos e da garantia das aprendizagens da criança depende da escola, ou seja, o gestor não deixa de ser o sujeito principal dentro da instituição de ensino que busque promover estratégias que possibilite as práticas educativas inclusivas.

Incluir é está aberto a responsabilidades frente às complexidades existentes em qualquer instancia, sobretudo valorizar o educando em sua realidade de vida por isso. Segundo Luckesi, (2011, p.57)

É preciso realizar a prática educativa com qualidade e de maneira comprometida com o projeto, o que requer dos ocupantes dos poderes constituídos e dos educadores, nas diversas instancias administração, direção, coordenação, supervisão, ensino, muito investimento em sua ação.

Diante deste contexto fica claro que a ação pedagógica de uma escola não deve ser de qualquer forma, pois é necessário comprometimento com o contexto social e educacional na qual a criança esteja inserida. Mas ao se tratar de educação inclusiva requer com maiores rigores as atitudes flexivas de uma gestão escolar diante das complexidades de aceitabilidades dos pais, dos alunos ditos normais entre outros entraves.

## **1.2. Entraves nos atos de matrículas da criança com microcefalia nas escolas e creches**

A microcefalia conhecida como anomalia congênita para alguns pesquisadores é uma doença, para outros um transtorno neurológico, que interfere no desenvolvimento do cérebro por causa da má formação craniana. Por isto existem várias barreiras que interfere na inclusão da criança com essa especificidade.

Os maiores entraves existentes estão:

1. A falta de formação inicial e continuada dos professores,
2. O desconhecimento do que é microcefalia, pois muitos confundem com paralisia cerebral,
3. O preconceito por parte dos pais das crianças ditas "normais",
4. A falta de estrutura física das instituições escolares,
5. A não adaptação dos móveis escolares,
6. A resistência da família em matricular a criança com microcefalia por não acreditar que a escola não está preparada,
7. As ausências de uma equipe multifuncional da sala de recurso para atendimento do AEE entre outros entraves como a ausência de políticas públicas por parte dos municípios.

Segundo Gomes, Figueiredo, Silveira e Camargo, (2016, p. 21)

O Atendimento Educacional Especializado surge dentro do contexto dos avanços em prol da educação inclusiva no país, como uma política pública fundamental que regulamenta as diretrizes estabelecidas pela Constituição Brasileira, para a educação dos alunos público-alvo da educação especial.

De acordo com o contexto do que foi citado acima é perceptivo que o Atendimento Educacional Especializado tem por interesse uma sistematização para todos os cidadãos, porém na maioria das vezes as escolas se limitam alguns aspectos “mesquinhos”, ou seja, nega o que é por direito do aluno o que está garantido nas normatizações.

Diante desta realidade o que falta atualmente é desenvolver trabalhos de conscientizações e orientações para os profissionais da educação, pois uma vez que a área da saúde tem se preparado para a atuação necessária a educação está de braços cruzados e isto de certa forma interfere negativamente no ato de inclusão.

É perceptivo a falta de respeito com as diversidades, entre os que são diferentes fisicamente, na cor e raça, mas o necessário é que existam o respeito em um contexto voltado a valorização da cidadania. Pois o respeito é a base que estabelece uma sociedade mais justa.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, definiu que todo ser humano nasce com os mesmos direitos e devem ser respeitados com dignidade, pois a capacidade de ser e existir são um fator primordial perante as metas constitucionais.

O respeito à diversidade, efetivado no respeito às diferenças, impulsiona ações de cidadania voltadas ao reconhecimento de sujeitos de direitos, simplesmente por serem seres humanos. Suas especificidades não devem ser elemento para a construção de desigualdades, discriminações ou exclusões, mas sim, devem ser norteadoras de políticas afirmativas de respeito à diversidade, voltadas para a construção de contextos sociais inclusivos. (BRASÍLIA, 2004, p. 7)

Neste sentido a ideia de se ter uma educação de qualidade sem preconceitos está filosoficamente inerente a uma sociedade de caráter inclusivo, que promova aspectos valorativos por meios de trabalhos inerentes a uma inclusão realmente efetiva.

### **1.3. O olhar da escola frente às regulamentações da educação inclusiva**

A escola deve ter este olhar para que possa garantir a criança especial um espaço que promova saberes, respeitos, entretanto caráter de inclusão de diferentes saberes, habilidades e, sobretudo humanização. Veja a tabela de regulamentação abaixo:

#### Constituição Federal, Título VIII, da ORDEM SOCIAL:

Artigo 208: III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo. V – Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

Art. 227: II - § 1º - Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. § 2º - A lei disporá normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

1.2 - Lei nº. 10.172/01. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. O Plano Nacional de Educação estabelece vinte e sete objetivos e

metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais. Sinteticamente, essas metas tratam: *f* do desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios – inclusive em parceria com as áreas de saúde e assistência social – visando à ampliação da oferta de atendimento desde a educação infantil até a qualificação profissional dos alunos; *f* das ações preventivas nas áreas visual e auditiva até a generalização do atendimento aos alunos na educação infantil e no ensino fundamental; *f* do atendimento extraordinário em classes e escolas especiais ao atendimento preferencial na rede regular de ensino; e *f* da educação continuada dos professores que estão em exercício à formação em instituições de ensino superior.

1.3 - Lei nº. 853/89. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiências, sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais.

1.4 - Lei nº. 8.069/90. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras determinações, estabelece, no § 1º do Artigo 2º : *f* “A criança e o adolescente portadores de deficiências receberão atendimento especializado.” 3 O ordenamento do Artigo 5º é contundente: *f* “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.”

1.5 - Lei nº. 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 4º, III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. *f*

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/parecer17.pdf>

Tendo por base as leis que regulamentam a garantia do aluno com necessidades educacionais especiais na escola no ensino regular fica claro que nenhuma escola tem o dever de negar um direito que está devidamente regulamentado e que neste contexto de inclusão a criança com microcefalia também tem o mesmo direito a frequentar a escola e ter ensino de qualidade.

Sendo assim, toda criança tem o direito ao espaço para as brincadeiras, que permitem o desenvolvimento psíquico, social e educacional, pois é um direito de desenvolvimento de todo cidadão e a criança com anomalia congênita também deve ter seu espaço para construir suas competências e habilidades.

Segundo Oliveira, (2011, p. 23) afirma que:

A maneira como uma criança brinca ou desenha reflete sua forma de pensar e sentir, nos mostrando, quando temos olhos para ver, como está se organizando frente à realidade, construindo sua história de vida, conseguindo interagir com as pessoas e situações de modo original, significativo e prazeroso, ou não.

É necessário que a escola compreenda que o brincar de cada criança acontece em tempo diferente e que não se pode esperar o mesmo resultado de uma criança no mesmo tempo da outra, pois cada um é singular e por isso a construção do fazer, brincar, o faz de conta, o desenhar, o pintar está inteiramente ligada aos aspectos do desempenho individualizado.

Mesmo brincando junto com o colega não deixa de ser um momento de aprendizagem único é por isso que “o processo pedagógico deve considerar as crianças em sua totalidade, com suas especificidades, diferenças e a forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar, além evidentemente, da diversidade cultural”. (BORGES, 2015, p. 1)

Assim, a educação tem o dever de garantir e promover a construção das habilidades da criança durante o processo de escolarização, pois por meio das motivações da escola junto à família se pode pensar em uma educação que garanta o saber de uma criança, adolescente ou até mesmo ao adulto.

Mas para que isso aconteça o docente precisa ter formação superior, que segundo a LDB de nº 9.394/96, no artigo 62, define que para o exercício da docência para o ensino

fundamental e educação infantil deve estar diretamente a formação superior com maior ênfase em pedagogia. Por isto é necessário que o gestor escolar, o coordenador pedagógico como também os professores tenham formações adequadas para atender as crianças especiais nas classes de ensino regular.

Segundo Libâneo, (2011, p. 43) afirma que: " a elevação da formação dos docentes em nível superior, reivindicação antiga dos educadores em nosso país e já consolidada em grande parte nos países desenvolvidos, fica assim contemplada." É nesta perspectiva que defende-se uma educação inclusiva onde os profissionais sejam específicos na área de atuação.

Segundo o campo de atuação da neurociência sobre o desenvolvimento da organização geral do sistema nervoso pode permitir as construções de forma coerente aos aspectos significativos de acordo com os reflexos do meio que são internalizados no cérebro.

Neste sentido é por meio do cérebro que todo o corpo é coordenado e desta forma Cosenza e Guerra, (2011, p. 11) afirma que: "o cérebro é a parte mais importante do nosso sistema nervoso, pois é através dele que tomamos consciências das informações que chegam pelos órgãos dos sentidos e processamos essas informações, comparando-as com nossas vivências e expectativas".

De acordo com o discurso teórico citado acima é possível verificar que a criança com microcefalia tem algumas dificuldades por ter algumas limitações cognitivas, mas não significa dizer que são incapazes de frequentar a escola e se isolar do meio social. Ao contrário, deve ser inserida com perspectiva de promover a interação social que de certa forma permite a interação com o meio em que vive.

Por isso não se deve negar a frequência de uma criança com anomalia congênita, porque a mesma pode construir sua história de vida e poder participar de uma sociedade mais justa e igualitária. Haja vista que a educação contemporânea possa se especializar em trabalhar as competências e habilidades de uma criança com esta especialidade.

---

## **2. Metodologia**

A metodologia é de natureza qualitativa, tendo em vista a regulamentação dos dados específicos coletados em duas instituições de ensino da rede privada, tendo como ênfase a identificação da gestão democrática frente ao papel da inclusão da criança com microcefalia na escola. "A Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade". (PRODANOV, 2013, p. 14)

De acordo com o texto citado acima é possível compreender a pesquisa qualitativa como um instrumento que possibilita a verificação dos resultados por meios de análises criteriosos para comprovar a veracidade da pesquisa em seu campo de atuação.

### **2.1. Sujeitos da pesquisa**

Os sujeitos desta pesquisa foram 2 gestores de duas escolas privadas do município de Escada- PE sendo nomeados de G1 e G2 e 2 professores, sendo a mesma quantidade em ambas escolas e 4 pais de alunos, sendo 2 para cada escola.

### **2.2. Local da pesquisa**

Foram realizadas as entrevistas em duas escolas privadas sendo nomeadas de escola A e escola B por questão de ética em não expor as escolas que não autorizaram a exposição da razão social. A mesma tem um espaço físico atraente com um corpo docente formado em pedagogia e especialista em psicopedagogia clínica e institucional. Sendo uma escola de grande porte que tem aproximadamente 300 alunos distribuídos em dois turnos, sendo Educação Infantil e Ensino Fundamental dos anos iniciais.

A escola A está localizada em um contexto social econômico considerado elevado, pois fica mais próximo do centro da cidade, mas a escola B está localizada a margem de uma

periferia considerada uma das mais violentas do município atendendo aproximadamente 350 alunos em dois turnos com as seguintes modalidades: Educação Infantil e Ensino Fundamental dos anos iniciais. O espaço físico é limitado, mas organizado e com boa aparência.

O corpo docente desta escola também é formado por pedagogos e psicopedagogos institucionais e clínicos. Atualmente atende aproximada mente 350 alunos distribuídos em dois turnos, sendo manhã e tarde.

---

## 3. Resultados

### 3.1. Entrevista com os gestores

Os resultados obtidos entre os observados e entrevistados corroboraram nas análises dos contextos educacionais tendo por pressupostos as articulações teóricas que defendem a inclusão do sujeito com alguma deficiência ou outra limitação. Assim foi possível compreender se os gestores escolares estão se preparando para enfrentar os desafios de receber o aluno com microcefalia. Neste sentido os gestores foram questionados com a seguinte questão: você efetivou alguma matrícula de criança com microcefalia em sua escola? Justifique sua resposta.

No momento não, mas pretendo e por isso estou me preparando junto com os professores e coordenadora pra estarmos informados de como devemos incluir a criança. Desta forma estou oferecendo mines formações internas para compreendermos o que é microcefalia e como atuar de forma adequada. (GESTOR 1)

A lei garante que a educação é para todos e que a criança com microcefalia tem o mesmo direito dos ditos normais. Por isso tenho efetivado a primeira matricula da criança com microcefalia, porém não temos preparações adequadas devido que não se oferecem formações específicas para as escolas, apenas na área da saúde. (GESTOR 2)

De acordo com as falas dos gestores escolares é possível identificar que as duas escolas tem interesses em incluir a criança com microcefalia, porém a escola que já efetivou a matricula tem sentido dificuldade de como lidar com a situação por falta de conhecimento sobre a anomalia congênita. Assim Luck, (2017, p. 55) defende que:

O poder da liderança implica na mobilização de forças motivacionais pelas quais as pessoas que realizam um trabalho se identificam com ele, reconhecem a sua relevância social e percebem que ganham em importância social e desenvolvem seu potencial, ao realizarem o trabalho.

Frente a este discurso é relevante abordar que o papel do gestor escolar na inclusão da criança especial na escola é de fundamenta importância social e que através da ação do gestor pode tornar o ambiente escolar mais agradável. De acordo com o processo da entrevista ressaltasse a questão:

Quando você recebeu a criança com essa anomalia congênita o que fez para adaptação na turma da Educação Infantil?

Não tive experiências na prática ainda, pois não tenho alunos matriculados, porém tenho me especializado na área esperando a oportunidade de ter essa vivência e poder contribuir com o meu dever enquanto profissional. (GESTOR, 1 )

Nos primeiros dias foram complicados, pois precisamos do apoio total da família, que estava o tempo todo orientando como chamar a atenção da criança, como envolver nas brincadeiras. Hoje a criança fica com as professoras em sala e participa de tudo de acordo com a sua capacidade. (GESTOR, 2 )

Analisando as falas dos entrevistados compreende-se que ambos têm buscado se comprometer em trabalhar em prol da sociedade de forma coerente e democrática buscando desenvolver melhor o seu trabalho. Ressalta-se que as instituições privadas não recebem

verbas governamentais para fazer o trabalho de inclusão, porém as escolas públicas que recebem ainda não têm realizados matrículas e não tem interesses. Neste sentido o que a família recomendou no ato da matrícula?

Não tive essa experiência. (GESTOR, 1)

A família ainda não está aberta para esta inclusão, pois segundo os mesmos não permitiu expor a criança, pois prefere chegar na escola depois do horário para que os pais das crianças ditas normais não vejam e pediu para largar antes do horário para não enfrentar os demais. (GESTOR, 2)

Diante da fala da gestora da escola B ficou claro que a família não aceita a situação em que tem enfrentado, pois para os pais expor a criança não é uma boa opção devido ao preconceito da sociedade e com isso prefere que a criança tenha contato com muitas pessoas. Qual o tipo de anomalia a criança apresenta?

Não tenho aluno com a experiência, mas conheço que existe a microcefalia congênita e a microcefalia adquirida. (GESTOR, 1)

Não conheço qual tipo, pois não me especializei na área, mas a criança não tem movimento nenhum só corresponde quando faz cócega debaixo dos pés. A alimentação é processada de forma delicada e segundo a orientação dos especialistas a criança só pode frequentar a escola duas vezes na semana. (GESTOR, 2)

Desta forma compreende-se que a escola e a família ainda não estão preparadas para lidar com essa especialidade uma vez que só a área da saúde tem a especialidade como atuar com a anomalia congênita, mas esperasse que a educação se qualificasse diante desta realidade no Brasil, principalmente na região nordeste onde os maiores casos são evidentes.

### **3.2. Entrevista com professor**

Para verificar como os professores estão qualificados para a inclusão da criança com microcefalia no âmbito escolar foram realizadas entrevistas com a seguinte questão: você se sente preparado para atender a criança com microcefalia? Por quê?

Não, pois tenho muito medo de não conseguir trabalhar com a criança com essa anomalia. (PROFESSORA A)

Não, pois não sabemos como lidar com uma situação que não conhecemos. (PROFESSORA B)

Não, apesar de que estou com uma criança em sala, mas não recebi nenhuma formação para atuar com criança com uma deficiência grave como a microcefalia. (PROFESSORA C)

Não, pois é um desafio para todos da educação. (PROFESSORA D)

Ressalta-se que todos os professores entrevistados de ambas as escolas sentem dificuldades em lecionar em turmas que tenham criança com microcefalia, uma vez que o nível de complexidades existentes, para os mesmos será necessário uma formação específica que possa contribuir na prática pedagógica.

Segundo Fraiman, (2015, p. 15) defende que: " a escola se forma como uma comunidade e nela está inserida ao refletir sobre as suas necessidades durante as aulas", pois é a única responsável pelo seu papel pedagógico e não se atribui as áreas de conhecimentos não escolar, mas a responsabilidade do fazer na prática é dever propriamente dita da escola.

Frente a esta realidade foi perguntado aos entrevistados com o seguinte questionamento: quem orienta o trabalho pedagógico durante as dificuldades existentes na sala de aula?

Temos formações continuadas com a coordenação que nos orienta como melhorar a prática, mas referente a inclusão de alunos com microcefalia não podemos afirmar que estamos preparadas, mas a gestão tem fornecido informações básicas e vagas. (PROFESSORA A)



A gestão com a coordenação tem dado informações muito básica, pois ainda estão se apropriando da situação. (PROFESSORA B)

Formações ainda não foram oferecidas nem pela escola e nem pelo município, mas tenho feito a minha parte em pesquisa, pois uma vez que tenho uma aluna com essa especialidade não devo esperar por alguém, porque a responsabilidade é minha. (PROFESSORA C)

Não existe formação ainda, porém tenho muito receio em receber um aluno com essa deficiência. (PROFESSORA D)

De acordo com as falas das professoras é possível perceber que a escola A tem colaborado em auxiliar o professor com as informações devidas sobre a situação de uma criança com anomalia congênita, mas a escola B que já tem aluno incluso com essa necessidade educativa especial não tem se apropriado da realidade, pois a insegurança e a falta de informação terminam deixando o corpo docente frustrado.

Neste sentido Boás, (2017, p. 13) "O trabalho pedagógico escolar é o meio mais forte de veiculação da socialização para o trabalho". Ou seja, o trabalho de atuação pedagógico cabe aos docentes em exercícios, mas para isto é necessário que haja um trabalho em equipe.

Segundo Domingues, (2014, p. 65) em seu livro O coordenador Pedagógico e a Formação Contínua do Docente na Escola discutem que: "A formação contínua na escola não assume caráter compensatório nem diminui a importância e a necessidade da formação inicial dos professores, concentradas nos cursos de pedagogia e de licenciatura".

O trabalho pedagógico vai além de uma formação docente, pois ultrapassa as barreiras das complexidades em buscas de novos conhecimentos para atuar de forma pertinente aos entraves da educação. Por questões de entraves durante as entrevistas com os professores não foram possíveis dá continuidade, pois não aceitaram responder outras questões.

### 3.3. Entrevistas com os pais

Com base nas informações da metodologia foram escolhidos 4 pais de alunos para as entrevistas, sendo 2 de cada escola. Para início de conversa foram questionados com a seguinte questão: Você é pai de criança com microcefalia? Se nascesse um filho seu com microcefalia o que faria?

Não, e nem queria, mas se acontecer a mãe cuida. (PAI 1)

Tenho muito medo. Não gostaria de ter uma criança assim, mas se acontecesse não sei o que fazia. (PAI 2)

Tenho uma criança com essa especialidade, mas não me pergunte nada que não gosto e nem vou te responder. (PAI 3)

Não tenho, mas se tivesse iria lutar por resto da minha vida porque a criança não é culpada. (PAI 4)

De acordo com as falas dos pais foi possível identificar que apenas um teve uma resposta coerente e que está aberto a falar sobre a microcefalia e o pai da criança que tem a anomalia demonstra irritabilidades e não quer ser questionado. O se nota é o preconceito por parte da própria família em ter uma boa aceitabilidade.

Tendo como segunda questão: você matricularia seu filho na escola com microcefalia em escola pública ou privada?

Não matricularia em nenhuma escola, pois uma criança com uma doença dessa não é capaz de nada. (PAI 1)

Não faria a matrícula em nenhuma escola porque criança doente não aprende. (PAI 2)

Matriculei na escola privada porque acho que tem mais cuidados, mas não gosto que me pergunte nada, pois me sinto constrangido. (PAI 3)

Matricularia na escola pública e se a escola não tivesse qualificada procuraria os direitos do meu filho nem que fosse para a defensoria pública, pois a Constituição de 1988 garante esse direito a todo cidadão e a criança com essa deficiência também é cidadão. (PAI 4)

Mais uma vez um único pai se coloca em defesa da criança com microcefalia frequentar a

escola, apesar de que opai que tem um filho com a anomalia congênita ter matriculado na escola privada não aceita que seja inserida no meio social onde todo possa interagir, pois isola a criança demonstrando preconceito e não aceitabilidade. Mas é dever da família proteger e cuidar da criança seja dita normal ou especial. Quando você descobriu que o seu bebê era especial com microcefalia o que você fez?

Não tenho essa experiência. Mas buscaria alternativas para o aborto( PAI 1)

Não tenho, mas não aceitava achava melhor abortar. (PAI 2)

Quando recebi o diagnóstico pedi para o médico retirar, mas a mãe não aceitou, pois o médico me informou que se nascessem só viveria 3 meses, mas hoje meu filho já está com 4 anos e 5 meses. ( PAI 3)

Não, tive essa experiência, mas isso pode acontecer com qualquer um e devemos estar preparados, pois é uma realidade que não se pode esconder. (PAI 4)

Analisando as colocações entre os pais compreende-se que a maioria dos pais não tem uma boa aceitabilidade e como solução buscava o aborto como solução. Com isso está explícito o preconceito por parte dos que deveriam acolher e lutar pela vida do próprio filho.

---

## 4. Conclusões

De acordo com a pesquisa foi possível averiguar algumas situações que termina interferindo na inclusão da criança com anomalia congênita na escola, pois entre os entraves foram encontrados a falta de estruturas das escolas tanto públicas quanto privadas e a ausência de conhecimento dos docentes desde a gestão, coordenação e professores para atuar com segurança.

A falta de formação por parte da escola é uma complexidade que se soma aos sentimentos de frustrações da família, ou seja, o desconhecimento da equipe docente e da própria sociedade tem sido a maior dificuldade para a criança com microcefalia ser matriculada na escola.

De acordo com as realidades nas duas escolas privadas ressalta-se a insegurança dos professores em receber a criança com a anomalia congênita porque não se sentem preparados para atuarem, pois expressam sentimentos de fracasso devido os cuidados que se deve tomar durante as rotinas escolares.

Para que as escolas se preparem pedagogicamente, psicologicamente e socialmente com esta situação será necessário que os governantes ofereçam formações específicas para toda equipe docente, tendo em vista a viabilidade de uma educação de qualidade para todo cidadão brasileiro, pois é isso que a própria constituição do país nos garante.

---

## Referências bibliográficas

ARANHA, Maria Salete Fábio. Educação inclusiva: a fundamentação filosófica. Brasília: Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial, 2004.

BOAS, Benigna Maria de Freitas Villas. Avaliação: Interações com o trabalho pedagógico. Campinas: Papirus, 2017.

BORGES, Cláudia A. Pelizon. Educação Infantil nota 10: gestão, estrutura e políticas escolares. São Paulo: Rideel, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.

COSENZA, Ramon M. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DOMINGUES, Isaneide. O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola. 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

FRAIMAN, Leo. Como ensinar bem a crianças e adolescentes de hoje: teoria e prática. São Paulo: Metodologia OPEE, 2015.

- GOMES, Roberia Vieira Barreto. FIGUEIREDO, Rita Vieira de. SILVEIRA, Selene Maria Penaforte. FACCIOLI, Ana Maria. Políticas de inclusão escolar e estratégias pedagógicas no atendimento educacional especializado. Fortaleza: UFCE; Brasília: MC&C, 2016.
- LIBÂNIO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6ª ed. rev. e ampl. São Paulo, 2013.
- LUCK, Heloísa. Liderança em gestão escolar. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.
- OLIVEIRA, Vera Barros de. A brincadeira e o desenho da criança de zero a seis anos: uma avaliação psicopedagógica. In: Avaliação psicopedagógica da criança de zero a seis anos. Petrópolis RJ: Vozes, 2011.
- PARECER CNE/CEB 17/2001 – Homologado. Despacho do Ministro em 15/8/2001, publicado no Diário Oficial da União de 17/8/2001, Seção 1, p. 46. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/parecer17.pdf>.
- PIMENTA, Selma Garrido. Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2011.
- PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico. [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- ROPOLI, Edilene Aparecida. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos. MACHADO, Rosângela. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar, a escola comum inclusiva. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial Universidade Federal do Ceará: Brasília, 2010.

- 
1. Pedagogo. E-mail de contato: [davi.libanio@yahoo.com.br](mailto:davi.libanio@yahoo.com.br)
  2. Pedagoga. E-mail de contato: [marcia.lucia20@hotmail.com](mailto:marcia.lucia20@hotmail.com)
  3. Doutor em Biologia. Professor do PPG/Faculdade ALPHA e do Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, Recife-PE-Brasil. E-mail: [gusmao.diogenes@gmail.com](mailto:gusmao.diogenes@gmail.com)
- 

Revista ESPACIOS. ISSN 0798 1015  
Vol. 40 (Nº 31) Ano 2019

[[Índice](#)]

[Se você encontrar algum erro neste site, por favor envie um e-mail para [webmaster](#)]